

INFORMATIVO DE NÃO OBRIGATORIEDADE DE EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL MEI

Prezado (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio,

- I. Quanto ao pregão nº 23/2023, venho expor:
- II. Quanto a exigência de Balanço Patrimonial do item 19.2; do edital, é sabido que a mesma exigência Balanço Patrimonial não ocorre com os Microempreendedores Individuais – MEI que não detêm a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais, com fulcro no art. 97 da Resolução CGSN 94/2011, artigo 3º e 7º da CGSN 53/08, diferente dos ME e EPP.
- III. O MEI não está obrigado a possuir os Livros Razão e Diário com balanço e contabilidade propriamente dita, sendo assim está desobrigado a registrar Contabilista.
- IV. Esse entendimento também está explícito no Código Civil, Lei 10.406/2002 – artigo 1.179, § 2º e artigo 970, bem como nos artigos 68 e 18-A, § 1º, da Lei Complementar 123/2006.
- V. Assim sendo, legalmente a Licitação pode exigir o Balanço Patrimonial das ME e EPP (salvo nos enquadramentos do Decreto 8.538/2015), mas não pode manter tal exigência para o MEI, muito menos impedi-lo de participar de licitações públicas (Inciso 4 Lei Complementar 147 de 2014).
- VI. Tal exigência infringe a lei e a normativa que forma o Regime Jurídico do Microempreendedor Individual -MEI.
- VII. No meu caso em particular, a Junta Comercial de MG nem autentica balanço para MEI, sendo impossível cumprir tal exigência.
- VIII. Outro aspecto importante diz respeito à qualificação econômico-financeira previstas no inciso I do art. 31 do estatuto de licitações públicas.
- IX. Os empresários individuais e MEIs estão dispensados de manter contabilidade formal, a exemplo do que se exige, em regra, das sociedades empresárias. Portanto, esses empresários não possuem livro diário ou livro caixa, sendo que a exigência por parte da Administração pela apresentação de “balanço patrimonial e demonstrações contábeis”, forçaria tais indivíduos a suportar ônus que foi dispensado pelos normativos que formam o regime jurídico do Microempreendedor Individual.
- X. Forçoso reconhecer que os MEIs estão desobrigados de produzir balanço patrimonial com espeque no próprio Código Civil que em seu § 2º do art. 1.179 dispensa o “pequeno empresário” de tais obrigações. Já o art. 68 da LC nº 123/06 define o pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 do referido código, “o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00” (Valor auferido para 81.000,00)

- XI. Por sua vez, o art. 18-A, § 1º, da LC nº 123, considera o MEI o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), (Valor hoje alterado para 81.000 reais) optante pelo Simples Nacional.
- XII. Portanto, a definição de MEI se enquadra dentro da definição do “pequeno empresário” e, está dispensado da elaboração do balanço patrimonial.

Respeitosamente,

Belo Horizonte, 07 de Março de 2023.

Daiane dos Santos Martins

Daiane dos Santos Martins

RG: MG – 18.977.540

CPF: 133.205.766-74